

## Prescritivismo e autenticidade textual: noções em revisão

Ana Sousa Martins

**Abstract:** The distinction between prescriptive and descriptive approaches focuses on lexical and grammatical units and seldom applies to textual communication. However, regarding the selection of a text in the context of foreign language teaching, the notion of textual authenticity needs to take into consideration standardized – and prescriptible – textual practices.

In this presentation, we discuss in what sense a prescriptive approach can be derived from the constitutive and regulatory principles of textual communication. Cumulatively, we point out a distinction between *authentic* and *natural text* according to the criteria (i) compliance with the standard procedures of text building and (ii) having taken place in a real communicative context.

A survey of 47 teachers of Portuguese indicates that the judgement about the naturalness of expression in a text is independent of its authenticity.

### 1. Prescritivismo e descritivismo

A distinção entre prescritivismo e descritivismo é clássica e fundacional em linguística. A posição prescritivista é assumida por não académicos, em geral os chamados “profissionais da língua”, e tem por propósito explícito guiar uma comunidade de falantes no que deve ser dito ou escrito com base em fundamentos históricos, lógicos e estéticos, pautados por um ideal de pureza linguística, que tem como contraponto a crença de que língua é corruptível ou contaminável.

É um erro, todavia, descartar a codificação de usos linguísticos e consequente juízo sobre a eficácia comunicativa ou aceitabilidade social de práticas discursivas como um trabalho acientífico. A descrição linguística, ao operar maioritariamente sobre a estrutura de uma única variedade – a língua padrão – contribui para o processo de uniformização ou standarização de práticas verbais, ainda que, naturalmente, seja alheia ao intuito normativo (Milroy 2002). Um exemplo do recurso à análise e descrição linguística para fundamentar a preferência por um uso em relação a outro é o consultório linguístico *Ciberdúvidas* (<https://ciberduvidas.iscte-iul.pt/>). Por outro lado, é inquestionável que as orienta-

ções programáticas para o ensino de língua em qualquer sistema educativo estão ancoradas nos princípios de funcionamento da língua padrão oficial do país, podendo depois tais orientações integrarem pontualmente usos concorrentes com a norma ou, pelo contrário, tenderem a mistificar tais princípios como regras intransponíveis, em manifestação nostálgica por um passado imaginário em que os modelos linguísticos eram mais estritos e uniformes (Beal, 2018).

Em todo o caso, o antagonismo, ou complementaridade, entre prescritivismo e descritivismo acaba por incidir sempre sobre segmentos breves isolados – unidades lexicais ou morfossintáticas e sequências multi-palavra (colocações e sintagmas) –, para além de aspetos de pronúncia, pontuação e registo gráfico de palavras. Raramente a discussão visa práticas de construção textual. E, no entanto, é uma abordagem mista, integradora de descrição e prescrição, que está necessariamente latente, por exemplo, na produção e revisão de textos judiciais, no apuramento dos corpora textuais que sustentam a geração e compreensão automática de línguas naturais (PLN) e, claro, na seleção ou produção de textos para ensino de língua.

A comunidade não científica, tão aguerrida e animosa no que toca a saber se se deve escrever “de mais” ou “demais”, “Viva os noivos!” ou “Vivam os noivos!”, tende a ignorar práticas de redação de nível macro-estrutural. São aceites – ou até nem sequer notadas – as imprecisões, os *non-sequitur*, os aglomerados de proposições desconexas, os dialogismos enunciativamente ambíguos. Estes fenómenos ou simplesmente não são julgados como distorções ou passam até por originalidades ou idiossincrasias.

No âmbito do estudo do texto, quer enquanto produto (visando a organização tópica, estrutura ilocucional e funções comunicativas), quer enquanto processo (produção, receção e interpretação), seria expectável que os princípios constitutivos e regulatórios da comunicação textual (coesão, coerência, intencionalidade, aceitabilidade, informatividade, situacionalidade e intertextualidade; eficiência, eficácia e regulação), (de Beaugrande e Dressler, 1981) inspirassem instrumentos para o apuramento de padrões de controlo de qualidade dos textos, tal como o que se verifica na análise e/ou prescrição de usos de unidades micro-estruturais (gramaticais e lexicais). Tal não acontece ou porque a análise de textos completos – e complexos – carece de conhecimento profundo e integrado de todas as outras áreas da linguística – competência que a comunidade dos “profissionais da língua” dificilmente detém – ou porque a linguística do texto, sendo área recente, não apresenta uma ascendência de tratados de autoridade nem uma tradição prescritiva. Há também a considerar, na ponderação das causas para a ausência de prescrição de procedimentos de composição de texto, o facto de aqueles princípios de comunicação textual abrirem espaço amplo, com possibilidades de variação quase irrestritas, a explorações estilisticamente motivadas, tornando aceitáveis textualizações muito diferentes conso-

ante o género, a finalidade comunicativa, o modo (escrito ou oral) e, naturalmente, o próprio indivíduo produtor de discurso e os seus hábitos de composição textual.

## **2. Autenticidade e naturalidade textual/discursiva**

Há pelo menos um campo em que esta discussão é pertinente: o da linguística aplicada ao ensino de Língua Estrangeira (LE) e, em particular, no que toca à seleção de *input* textual. O desenvolvimento da competência textual noutra língua (fluência de leitura) está primordialmente implicado na aquisição lexical e destreza do processamento sintático e o texto que siga os padrões de textualidade (com os quais, aliás, qualquer o leitor espera poder contar), dá meta-informações para o apuramento correto de inferências sobre significados, quando há encontros com uma palavra nova, e potencia a confirmação do que uma sequência proposicional quer dizer, através de movimentos textuais de expansão, justificação, elaboração, exemplificação, síntese, circunstanciação, etc.

É neste âmbito que se coloca a questão de saber se o critério relativo à autenticidade do texto dado a ler leva em linha de conta a observância ou não dos princípios constitutivos e regulatórios de comunicação textual. A opção ou não por textos autênticos no ensino de LE tem sido alvo de um longo contencioso. Os autores mais citados nesta contenda são Honeyfield (1977), Swaffar (1985) e Tomlinson (2008), a favor dos textos autênticos, e Claridge (2005) e Crossley et al. (2007) e Allan (2009), a favor do uso de textos não autênticos para fins de ensino de LE.

De entre as várias definições de autenticidade elencadas por Taylor (1994), Gilmore (2007) ou Trabelsi (2016) consideramos apenas duas:

(i) a que tem como critério o ponto de vista do falante nativo; é autêntico o texto da

autoria de um falante nativo dirigindo-se a uma audiência de falantes nativos e refletindo o contexto situacional em que originalmente ocorreu;

(ii) a que considera que os falantes não nativos também devem ser considerados; é autêntico o texto que tem lugar num ato de comunicação entre falante nativo e não nativo, com a ressalva de o foco dessa comunicação não ser a aprendizagem de língua, mas a apreensão de um sentido comunicativo. Aqui, o único critério é a consideração de um utilizador real da língua em contexto comunicativo real.

Daqui é possível fazer decorrer nova cisão, desta vez entre *autenticidade* e *naturalidade*, apesar de na literatura ser o termo *autenticidade* o dominante. Nesta medida, a autenticidade é uma noção que não prescinde de um enquadramento real, que é a interação entre falantes numa situação comunicativa efetivamente ocorrida. Por sua vez, a naturalidade é característica imanente do texto. O texto é/não é intrinsecamente natural, e tanto mais o é quanto plasmar os princípios constitutivos e regulatórios de composição textual.

O texto que manifeste naturalidade de expressão pode auxiliar o desenvolvimento da competência textual em LE. O texto autêntico pode cumprir esse objetivo ou não.

### 3. Dois textos em avaliação

Com o objetivo de validar a hipótese de que o julgamento de autenticidade não coincide necessariamente com uma avaliação de naturalidade – conformativa com os padrões de composição textual independentemente da sua ocorrência real enquanto ato enunciativo – procedemos a um inquérito, a que responderam 47 professores de Português, com base na leitura comparativa de uma notícia da agência Lusa (Anexo 1), tal como ela foi publicada, e da retextualização dessa notícia, elaborada por

nós para fins de ensino de Português LE (Anexo 2). Ao texto original foi retirada a fonte e a data. Não foi indicado o propósito do inquérito. Do inquérito constava apenas uma pergunta: *depois de ler os dois textos, responda: qual dos dois lhe parece mais natural e fluído?* 55,3% consideraram ser o texto retextualizado o que apresentava mais naturalidade de expressão.

A retextualização teve por objetivo eliminar fatores disruptivos do texto original, a saber<sup>11</sup>:

[1] Duas ocorrências contíguas da palavra “papel”; uma com sentido metafórico, outra com sentido literal;

[2] Improriedade vocabular dos verbos *dicendi*;

[3] Repetição de informação em duas localizações distanciadas no texto, sem relação estrutural;

[4] Topicalização não devidamente sinalizada: “a exportação” inicia novo tópico, mas não se recorre a pontuação ou conector para assinalar isso mesmo;

[5] Imprecisão funcional das preposições “com” e “pela”;

[6] Uso de verbo *dicendi* em paráfrase cujo sujeito não surge explicitado;

[7] Inclusão de informação não pertinente para o objetivo comunicacional;

[8] Ordenação aleatória de sequências: a estrutura “sendo que a celulose (...) nanocelulose” é uma elaboração/justificação de

---

<sup>11</sup> Para uma mais fácil localização dos segmentos em referência, estes surgem assinalados numericamente no texto original (Anexo 1) em correspondência com os números de ordem nesta enumeração. O texto correspondente dado a ler durante o inquérito não apresentava esta numeração, reproduzindo graficamente o texto tal como foi publicado no *Website* da agência Lusa.

“abundante, renovável, flexível e de baixo custo” e devia ser-lhe contígua;

[9] Não univocidade no uso de aspas: é possível reconhecer a função citativa em “ ‘na maior parte dos casos’ ” e “ ‘não é solução’ ”, mas em “ ‘amigas’ ” essa interpretação é concorrente com a de sinalização do uso metafórico da palavra.

#### 4. Conclusão

Nesta apresentação, defendemos que a descrição de uma variedade linguística em detrimento de outras sustenta a prescrição dessa variedade quando estão em questão usos oficiais da língua. Sustentamos que este estado de coisas pode ser transposto para o âmbito do texto, tomando como base os princípios constitutivos e regulatórios da comunicação textual.

No que toca à seleção de textos para o ensino de LE, mostrámos a pertinência de distinguir entre autenticidade e naturalidade textual, através da análise de texto e inquérito com base na manipulação de uma notícia da agência Lusa.

Este breve estudo indicia que se o critério de seleção de texto para ensino de LE for a necessidade de o texto corresponder a uma ocorrência comunicativa real, o texto selecionado poder apresentar padrões de composição standard, mas também pode dificultar a aprendizagem ou até conduzir a uma aprendizagem defeituosa da língua. A noção de naturalidade da expressão textual parece dever ter a primazia sobre a de autenticidade.

#### Referências

Allan, R. (2009) Can a graded reader corpus provide "authentic" input?. *ELT Journal* 63(1), pp. 23-32

Beal, J. C. (2018) 'Back to the future': The 'new prescriptivism' in twenty-first-century Britain. *E-rea* 15(2). URL:

<http://journals.openedition.org/erea/6112>. Acesso a 16 de outubro 2020

Claridge, G. (2005) Simplification in graded readers: Measuring the authenticity of graded texts. *Reading in a Foreign Language* 17(2), pp. 144-158

Crossley, S.; Louwse, M. M.; McCarthy, P. M. & McNamara, D. S. (2007) A Linguistic analysis of simplified and authentic texts. *The Modern Language Journal* 91 (2), pp. 15-30

de Beaugrande, R. & Dressler, W. (1981) *Introduction to Text Linguistics*. London: Longman

Duda, R. & Tyne, H. (2010) Authenticity and autonomy in language learning. *Bulletin VALS-ASLA* 92, pp. 87-106

Gilmore, A. (2007) Authentic materials and authenticity in foreign language learning. *Language Teaching* 40, pp. 97-118

Honeyfield, J. (1977) Simplification. *TESOL Quarterly* 11 (4), pp. 431-440

Milroy, J. (2002) Language ideologies and the consequences of standardization. *Journal of Sociolinguistics* 5 (4), pp. 530-555

Swaffar J. K. (1985) Reading authentic texts in a foreign language: A cognitive model. *Modern Language Journal* 69, pp. 15-34

Taylor, D. (1994) Inauthentic authenticity or authentic inauthenticity? The pseudo-problem of authenticity in the language classroom. *TESL-EJ (Teaching English as a Second or Foreign Language: An Electronic Journal)* 1 (2), pp. 1-12

Tomlinson, B. (2008) Language acquisition and language learning materials. In B. Tomlinson (ed.) *English language learning materials: A critical review*. London: Continuum, pp. 3-13

Trabelsi S. (2016) Authenticity in materials development. In Azarnoosh M., Zeraatpishe M., Faravani A. & Kargozari H.R. (Eds.) *Issues in materials development. Critical new literacies: The praxis of english language teaching and learning (PELT)*. Rotterdam: SensePublishers, pp. 145-158

Waterman, T. (2017) How do writers evaluate potentially usable authentic materials. In A. Maley & B. Tomlinson (Eds.) *Authenticity in materials development for language learning*. Newcastle: Cambridge Scholars Publishing, pp. 101-118

## ANEXO 1

### Cientista Elvira Fortunato realça papel[1] de processamento de materiais na sustentabilidade

Lisboa, 04 nov 2020 (Lusa) - A engenheira de materiais Elvira Fortunato, que inventou o transístor de papel[1], assinalou hoje, citando[2] a sua experiência de laboratório, que a sustentabilidade do mundo depende do processamento de materiais não tóxicos e abundantes com[5] tecnologias "amigas"[9] do ambiente.

Segundo a investigadora, que falava em Lisboa, no Encontro Ciência 2020[3], a reciclagem de lixo eletrónico[4], gerado por exemplo por componentes de computadores ou telemóveis, não é feita "na maior parte dos casos"[9], pela[5] dificuldade e pelos custos associados, e a exportação[4], como sucede, para África, Índia e China "não é solução"[9].

Por isso, uma das soluções, em termos de sustentabilidade, passa pelo processamento de materiais não tóxicos e abundantes com[5] tecnologias não poluentes, defendeu[6], assinalando que tal estratégia é seguida há vários anos no laboratório que dirige no Centro de Investigação de Materiais (Cenimat) da Universidade Nova de Lisboa, da qual é vice-reitora[7].

Elvira Fortunato recorreu[2] à sua experiência como cientista para demonstrar como

é possível "inventar um mundo mais sustentável", título[7] que deu à sua intervenção na sessão "Mais Ciência para recuperar Portugal com Mais Europa"[7], a última[7] do Encontro Ciência 2020[3], iniciativa organizada pela Fundação para a Ciência e Tecnologia, que decorreu hoje e na terça-feira.

O papel, um dos materiais com que a cientista trabalha, e que destacou[2] como abundante, renovável, flexível e de baixo custo[8], tem sido aplicado em dispositivos eletrónicos, como isolante, mas também em testes rápidos de diagnóstico para a glicose, o colesterol e o ácido úrico, sendo que a celulose com que se produz papel tanto pode ser obtida das árvores como das bactérias do vinagre, que excretam membranas de nanocelulose[8].

## ANEXO 2

### Elvira Fortunato realça processamento de materiais como fator na sustentabilidade

Elvira Fortunato, responsável pela invenção do transístor em papel, sublinhou hoje, durante o Encontro Ciência 2020, organizada pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia, que a sustentabilidade do planeta depende do processamento em larga escala de materiais não tóxicos, através de tecnologias amigas do ambiente.

O lixo eletrónico, como é o caso dos componentes de computadores ou telemóveis, raramente é reciclado, devido aos custos que acarreta, o que faz com que este desperdício acabe por ser exportado em grande escala para África, Índia e China.

Em alternativa, o processamento de materiais não tóxicos através de tecnologias não poluentes apresenta-se como uma solução mais sustentável, defende a investigadora, tendo por base os resultados da investigação levada a cabo pelo laboratório que di-

rige, no Centro de Investigação de Materiais (Cenimat) da Universidade Nova de Lisboa.

O papel, em particular, é um material renovável, flexível, barato e abundante, podendo a celulose ser obtida das árvores, mas também das bactérias do vinagre, que excretam membranas de nanocelulose. Aliás, este material, sublinha a cientista, já vem sendo utilizado quer em dispositivos eletrónicos, como isolante, quer na área da saúde, em testes rápidos de diagnóstico da glicose, colesterol ou ácido úrico.